



Promovido pela Sema, Seminário Estadual de Cenários para Gestão de Resíduos Sólidos do Ceará, reuniu mais de 250 pessoas e representantes de 80 municípios

RESÍDUOS SÓLIDOS

Apesar das dificuldades, esforços estão sendo realizados por parte dos gestores municipais

Um dos maiores problemas da gestão pública do Estado

POR TARCILIA REGO
Da Redação O Estado Verde

O Ceará conta, apenas, com cinco aterros sanitários licenciados, em um universo de 184 municípios e população estimada em quase 8.800.000 habitantes. O problema de tal magnitude, justifica as palavras do titular da Secretaria do Meio Ambiente (Sema), Artur Bruno ao afirmar que “hoje, um dos maiores problemas da gestão pública do Estado é, justamente, a questão dos resíduos sólidos”. Bruno falou durante o Seminário

Estadual de Cenários para Gestão de Resíduos Sólidos do Ceará, promovido pela Sema, no Auditório do Centro Espiritual Uirapuru (CEU), no último dia 26. O evento reuniu mais de 250 participantes, entre prefeitos, secretários, estaduais e municipais, representantes do Terceiro Setor, servidores públicos, empresários e interessados, que discutiram o panorama e os cenários para a formulação e elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS).

O documento será construído a “partir dos anseios da sociedade, através do diálogo”, como orienta Camilo Santana.

“Asseguro que a gestão será participativa e no que diz respeito aos resíduos, o governador conhece bem a questão. Ele já foi secretário das Cidades e do Desenvolvimento Agrário, portanto, sabe bem, de todos os problemas, que vocês [municípios] estão passando. Mas com parcerias, nós vamos encontrar as melhores soluções,” esclarece o titular que já está agendado com governador para tratar do assunto.

“Posso observar que a sociedade está bem consciente desse momento de discussão e de grande valia para a condução da gestão estadual dos resí-

duos, disse o presidente do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce).

PERS

A proposta do Seminário foi dar continuidade à elaboração do PERS, o qual abrangerá todo o território do Estado, para um período de 20 anos com revisões a cada quatro anos, observando o conteúdo mínimo definido pelo artigo 17 da Lei nº 12.305/2010. “Um encontro para subsidiar diretrizes, estratégias, metas no encaminhamento da nossa po-

lítica”, destacou o presidente do Conselho da Agência Reguladora do Ceará (Arce), Adriano Costa.

Sem dúvidas uma matéria polêmica e complexa, como afirma o superintendente da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), Regino Gomes Filho. Segundo ele, “já estamos passando do tempo e já chegou o momento de pensarmos, repensarmos, muito bem pensado, o nosso plano de trabalho e projetar melhorias nessa área, para os próximos anos.”

O representante da Secretária das Cidades, Alceu Galvão, atual coordenador de saneamento da pasta, disse compreender os “desafios e angústias dos municípios” decorrentes das pressões ambientais e do Ministério Público (MP). “Mas sei, também, que de certa forma, há um desconhecimento por que estamos discutindo o assunto há cerca de 6, 8 anos. Precisamos fazer isso acontecer”, frisou.

“A gestão integrada é um desafio enorme, aqui no Ceará. E essa é uma das prioridades da nossa secretaria. E nós, não podemos fazer isso acontecer, sozinhos, mas em parceria com as demais secretarias e instituições, pois o assunto é transdisciplinar, envolve um conjunto de parceiros”.

Nos próximos quatro anos a política será tratada na Sema, no que cabe ao meio ambiente. Na Secretaria das Cidades no que concerne o trabalho de desenvolvimento social e da política “aí entra a questão dos catadores”, e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) tratará das definições.

Desconhecimento da “lentidão do Estado”, no tratamento da questão, a representante do Fórum Lixo e Cidadania, Ana Maria de Freitas, contou que desde o ano de 2000, a entidade “vem nesse trabalho de articulação e de preocupação” com o tema.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) tem ajudado a atuação do Fórum. “A nossa atuação é no sentido de inclusão dos grupos, associações e cooperativas de catadores de recicláveis. Estas pessoas, até hoje, fazem a coleta seletiva sem muito apoio governamental.”

Ana destacou que muitas vezes a organização quer discutir o assunto com os municípios, mas percebe certo desconhecimento da PNRS por parte dos mesmos. O Decreto 5.940/06 determina que os resíduos dos órgãos federais sejam destinados a grupos de catadores; a Lei nº 11.445/07 dispensa os municípios de licitação na contratação de serviços das organizações.

O presidente da Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará (Aprece), Expedito José Nascimento, falou em nome dos municípios. Ele “considera a situação



urgente”, disse que todos os prefeitos presentes e ausentes, “têm ciência da necessidade e urgência do assunto, mas falta recurso”. Oitenta representantes de municípios participaram do Seminário.

Segundo Nascimento, “todos precisam ter consciência o quanto custa elaborar um plano dessa natureza, mas parcerias podem viabilizar algumas ações”. Ele citou o Instituto de Desenvolvimento de Consórcio (IDC) que vem colaborando com a Aprece. “Em regime de consórcios estamos com custo de R\$ 19 mil. E todo o material que não vai para o aterro, é incinerado em Fortaleza”.

Quatro mãos

Para o engenheiro civil, Francisco Humberto Júnior, professor do IFCE, o “lixo” é um dos principais, senão o maior problema dos municípios e necessita de muito diálogo e vontade política para avançar. Destacou a responsabilidade do município sobre o tema. “O Estado está tentando fazer a parte dele, assim como o governo federal, mas mesmo assim precisamos trabalhar a quatro mãos: sociedade civil, empresários, catadores e poder público”.

Humberto Júnior, um dos palestrantes do Seminário, fez questão de dizer que o

prazo para o fechamento dos lixões não foi prorrogado e que as responsabilidades dos municípios continuam, conforme Lei 12.305 de 2010 ou PNRS.

“No Brasil, ainda estamos na pré-história, na Era dos Dinossauros, agora que estamos querendo o fim dos lixões, enquanto países como Alemanha, Japão Suíça, recicla 50% dos resíduos e incineram 50% do rejeitos.” Na Europa já não é permitido construir aterro de resíduos, somente de rejeitos.

Ele explicou as diferenças entre gestão e gerenciamento de resíduos. O Plano Municipal de Gestão de Resíduos apresenta metas e o Plano de Gerenciamento como executar as ações e estratégias previstas. Para onde vão os resíduos, como vou tratar? É uma espécie de manual, o passo a passo de como tratar os resíduos e deve ser trabalhado com um horizonte de 20 anos.

“O Município tem obrigação de fazer o Plano de Gestão. Tem obrigação de participar de consórcio se essa solução faz parte do plano de gestão.” A gestão adequada dos resíduos sólidos pressupõe a Educação Ambiental, a coleta seletiva, o estímulo à comercialização de materiais recicláveis, a compostagem, a inclusão de catadores e a adoção de sis-

tema ambientalmente adequado para a disposição final de rejeitos.

Entenda a notícia

A criação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos é a condição para que os Estados possam ter acesso aos recursos da União ou recebam os benefícios por incentivos e/ou financiamentos de entidades federais de crédito. Os documentos devem contemplar a coleta seletiva, inclusão de catadores, educação ambiental, mercado para recicláveis, respeito às normas ambientais e de sustentabilidade econômica.

Em agosto de 2012 venceu o prazo para a entrega dos Planos Estaduais e Municipais de Resíduos Sólidos. A secretária executiva da Sema, Maria Dias, explicou que neste momento o Estado não está validando um plano. “O momento é de construção e discussão de cenários”.

Não há sanção para o município que não entregar o plano. A cidade só não tem acesso a recursos. Após 2 de agosto de 2014, o município que não tiver aterro sanitário, responderá por crime ambiental, dependendo, claro, da gravidade da situação, de acordo com a Lei 12.305/2010.